

Editorial - Cidades híbridas, diversas e mutantes: Rita e a cidade, a Tia tiete do Tietê

Cristina de Campos*, Letícia Moreira Sigolo** e Renata Ferraz de Toledo***

* Universidade São Judas Tadeu, Brasil, prof.cristinacampos@usjt.br

** Universidade São Judas Tadeu, Brasil, lesigolo@yahoo.com.br

*** Universidade São Judas Tadeu, Brasil, renata.toledo@institutoanimaeducacao.org.br

Ao encontro de seus propósitos, em mais uma edição especial, a **arq.urb** contribui para a produção do conhecimento e formação de um pensamento crítico no campo da arquitetura e do urbanismo e de áreas correlatas. Em **“Cidades híbridas: de campos do conhecimento e de práticas”** se reconhece a relevância de se pensar a cidade, o espaço urbano e o território a partir de múltiplos olhares, perspectivas, saberes e práticas.

O hibridismo, na biologia, é resultante do cruzamento de espécies vegetais ou animais; na linguística ou na gramática se dá pela junção de vocábulos de línguas distintas; na sociologia se faz presente pela combinação de componentes culturais entre povos distintos. Todos estes processos, ambientais e/ou histórico-sociais, dão origem à diversidade, à multiplicidade, ao pluralismo, à heterogeneidade. As cidades, enquanto produções histórico-sociais, são assim: diversas, múltiplas, plurais e heterogêneas. E é justamente no espaço das cidades que se dá grande parte das trocas, combinações e construções de saberes e práticas que as constituem.

Os atuais desafios das cidades contemporâneas, caracterizados por complexidade, incertezas, controvérsias e a necessidade de tomada de decisões urgentes, relacionados aos mais diversos contextos, como às questões socioambientais, políticas, econômicas, culturais, éticas e estéticas, reforçam a importância de buscarmos seu enfrentamento a partir deste hibridismo de campos do conhecimento e de práticas. Resiliência, mitigação, sistemas socioecológicos adaptativos, mediação de conflitos, planejamento participativo, inter e transdisciplinaridade, ecologia de saberes,

ciência cidadã, coprodução de conhecimento, entre tantos outros caminhos, têm sido apontados como alternativas e possibilidades de se produzir cidades mais democráticas, inclusivas, humanas, saudáveis e sustentáveis. Seja como for, reconhece-se também que o enfrentamento dessas demandas deve passar pela busca de soluções de melhoria das condições de vida não apenas PARA a sociedade, mas, talvez e especialmente, COM a sociedade.

Essa cidade diversa, múltipla, também às vezes caótica, imprevisível, às vezes humana, mas, muitas vezes desumana, foi lembrada e cantada por Rita Lee, a quem homenageamos neste editorial, ao se referir à São Paulo – provavelmente, a expressão máxima dessa hibridez.

Nossa *Lovely Rita*, Tia tiete do Tietê, Bendita Santa Rita de Sampa... sempre tão associada à cidade de São Paulo.

Rita é São Paulo e São Paulo é Rita¹.

A infância e adolescência se passaram na Vila Mariana, no “Velho Casarão da Joaquim Távora”, em uma família de classe média, uma casa marcada pela presença feminina. Ela era a caçula de três irmãs, fruto de um casamento entre filhos de imigrantes norte-americanos e italianos. Um de seus passeios familiares preferidos era a “floresta do Ibirapuera” que a família toda tanto estimava pelo contato com a natureza. Quando se transformou em parque pelas comemorações do 4º Centenário, as mudanças não agradaram a família Jones. Rita nos conta que seu pai se

usjt
arq.urb
número 38 | set - dez de 2023
DOI: [10.37916/arq.urb.vi38.711](https://doi.org/10.37916/arq.urb.vi38.711)



¹ Escrito a partir das memórias de Rita Lee publicadas em *Rita Lee uma autobiografia* (2016).

recusava a ir até o parque, e ela mesma diz que não aprovou as mudanças e os “edifícios de gosto duvidoso” que por lá foram construídos.

A juventude e o início de sua carreira artística ocorreram durante os anos 1960. A essa altura, a cidade de São Paulo era um epicentro cultural efervescente. Ávida por absorver essa intensa cena artística repleta de cultura brasileira, a jovem Rita frequentava o “QG Bahia”, como ela se referia ao apartamento de Gilberto Gil e Caetano Veloso na Avenida São Luís. Foi lá que conheceu Glauber Rocha, Zé Celso Martinez Corrêa, Hélio Oiticica, Rogério Duarte e outros fundamentos do Tropicalismo. Além do mergulho na cena cultural, a artista passou por outras experiências alucinógenas que resultaram em outras aproximações, em suas palavras “cheguei ao reino encantado da praça da República, para então me unir de corpo e alma ao caos urbano metamorfoseada de índia Jupira” (LEE, 2016, p.84).

Rita, como uma autêntica “mina de Sampa”, adorava sua cidade, mas apreciava o contato com a natureza que buscava nos seus arredores, seja nas margens da represa de Guarapiranga ou quando foi morar na Serra da Cantareira junto com *ozmano* (irmãos Batista, dos *Mutantes*).

Casou-se e continuou a morar em sua esquisita São Paulo, onde criou seus três filhos. A relação com a Pauliceia seguiu firme, com músicas que traziam as marcas paulistanas: a boemia, “o frio que faz transpirar”, a cidade do ritmo industrial frenético que não para nunca. No audiovisual, seus videoclipes tomaram como cenários partes do centro com seus edifícios ecléticos e a garoa, tão característica e presente na paisagem urbana.

A cantora fez shows históricos na cidade, como na comemoração dos 450 anos de São Paulo, em 2004, no Vale do Anhangabaú. Rita nunca se colocou rótulos ou estabeleceu limites, seja ao seu processo criativo ou à sua vida. Assim como a cidade de São Paulo, continuou uma mutante em constante metamorfose.

Assim como Rita, esta edição especial da **arq.urb** busca “cantar” a diversidade, valorizar o hibridismo, a potência das construções e aprendizados colaborativos e, dessa maneira, promover reflexões sobre a cidade, a partir de diferentes campos do conhecimento, saberes e práticas, produzidos em diversas regiões do país e de fora dele. Os autores e as autoras dos artigos são também de diferentes instituições (Universidade Federal do Paraná, Universidade de São Paulo, Royal College of Art

- Reino Unido, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, FioCruz Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Universidade do Novo México - EUA, Universidade Federal de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado da Bahia) e abordam temáticas diversas como o direito à cidade, à mobilidade, à liberdade, à saúde e à sustentabilidade. Pesquisadores e pesquisadoras nos chamam a atenção sobre a emergência climática e seus riscos, desafios da produção de alimentos, da tecnologia, da mobilização social e das políticas públicas, questões de gênero e étnicas.

O primeiro artigo, “**Direito à cidade e direitos à/da natureza: uma nova perspectiva desde a agricultura urbana**”, de autoria de Pedro Portugal Sorrentino e Maria Carolina Maziviero, propõe reflexões sobre o direito à cidade em associação ao direito à terra e à natureza. Os autores indicam caminhos, por meio de práticas de agricultura urbana, fundamentadas em princípios da agroecologia, ecotecnologias e autogestão, para enfrentar lógicas hegemônicas e de produção do espaço das cidades como mercadoria, assim como para superar a crise civilizatória, a qual tem origem, dentre outros fatores, na dialética rural-urbano e/ou ser humano-natureza que, ao se constituir de forma antagônica, produz conflitos de interesses marcados pela lógica do capital e da propriedade privada, afastando o ser humano da sua verdadeira humanidade e do contato com a terra.

Em “**Trajetórias de Marina Harkot: da mobilidade para subjetividade, interseccionalidade como abordagem, territorialidades enlaçadas com afetos**”, Paula Freire Santoro, Leticia Lindenberg Lemos, Larissa Lacerda, Bruna Ferreira Montuori, Maria Claudia Kohler e Paulo Fernando Garreta Harkot, pessoas que conviveram com Marina, como orientadora, companheiras de pesquisa e de ativismo, amigas, mãe e pai, nos contam, em um texto repleto de amorosidade, caminhos percorridos por ela que nos mostram justamente a importância deste sentimento, deste valor no planejamento das cidades. As contribuições de Marina Harkot a esse campo do conhecimento, por meio de pesquisas sobre gênero e mobilidade, estão na contramão de razões que levaram à perda de sua vida – um atropelamento bárbaro, em novembro de 2020, quando exercia seu direito de pedalar pela cidade.

Na sequência desta edição, os autores e autoras Rodrigo Tobias, Fernanda Cabral Cidade, Lupuna Correia Souza, Mayra Costa Rosa Farias de Lima, Gercicley Rodrigues dos Santos e Lígia Menezes da Mata investigam o direito à cidade pelos povos indígenas no acesso aos serviços de saúde, a partir de uma revisão integrativa da literatura. O artigo **“Direito à cidade para povos indígenas na perspectiva do direito à saúde: uma revisão integrativa”** nos alerta sobre os inúmeros desafios enfrentados pelos povos originários neste processo de migração para centros urbanos em busca de melhores condições de vida e do direito de usufruir da cidade em sua plenitude. Dentre estes desafios estão a hostilidade e a discriminação, especialmente no confronto com a cultura heterogênea das cidades, marcada por suas normas e valores, também questões financeiras que levam essas pessoas a ocuparem regiões periféricas das cidades e a experimentarem novas vulnerabilidades e iniquidades em saúde

O artigo **“Cenários multirrisco: uma iniciativa de pesquisa participativa no contexto da emergência climática”**, assinado por Francisca Leliane S. Oliveira, Caroline Barros Sales, Anderson Geová M. Brito, Eloisa Beling Loose, Samia Sulaiman, Lutiane Queiroz Almeida e Fernando Rocha Nogueira, traz uma reflexão sobre como a gestão de riscos de desastres (GRD) que, mesmo com os avanços conquistados nas últimas décadas, ainda requerem atenção, especialmente no Brasil, sem tradição na cultura da prevenção a desastres. O Projeto Multirrisco emerge deste anseio em aprimorar a gestão local de riscos ambientais urbanos para cenários multirrisco, partindo das assertivas premissas de que os desastres não são naturais e o risco é socialmente construído, o que dificulta a implementação de políticas públicas. O projeto é uma iniciativa necessária ao discutir aspectos essenciais para uma efetiva gestão de riscos integrada que passa pela participação social, ou seja, sociedade como um *player* fundamental neste processo de construção e prática institucionalizada da GRD.

Em **“Cartografia da cidade popular: avanços, desafios e o monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”**, de Patrícia Cesário e Patrícia Samora, são apresentados resultados de pesquisa sobre as necessidades habitacionais negligenciadas, tanto pelo Estado como pelo mercado. Fruto de uma “urbanização periférica” imprevisível e cheia de nuances, como explicam as autoras, o trabalho nasceu justamente para atender esta especificidade de reconhecimento e

quantificação dos tipos e conceitos de precariedade habitacional e urbana. As autoras propõem o desenvolvimento de um quadro de técnicas e procedimentos junto aos indicadores existentes para se efetuar tais levantamentos. Além da precariedade habitacional urbana, as autoras abordam o monitoramento das ODS na América Latina e Brasil, a partir dos indicadores disponibilizados.

Da América Latina e Brasil para o interior paulista, o artigo de Noan Sallati e Rodrigo Alberto Toledo, **“Os equipamentos comunitários públicos de assistência social na cidade de Limeira/SP: uma análise da demanda, disposição e atendimento”**, tem como objetivo analisar a distribuição espacial dos equipamentos de assistência social pela cidade de Limeira. A partir dos dados, os autores elaboraram as representações cartográficas por meio do *ArcGIS*, cotejando assim informações espaciais com indicadores socioeconômicos. Os resultados obtidos pelo estudo evidenciam a contribuição das ferramentas digitais para os processos de planejamento/formulação de políticas públicas e apontam para a necessidade de reflexão sobre as áreas metropolitanas menos adensadas e as cidades médias no contexto atual da urbanização brasileira.

Na sequência, o artigo **“Urban Health, Social Participation, and Praxis: Experiences in Brazil and the United States”** (Saúde Urbana, Participação Social e Práxis: Experiências no Brasil e nos Estados Unidos), de autoria de Nina Wallerstein, Paulo Santos de Almeida, Elizabeth Dickson, Lorenda Belone, Prajakta Adsul, Belkis Jacquez, Christina Alaniz, Rosilda Mendes, Marco Akerman, debruça-se sobre processos de participação social, mais especificamente comunitária, na promoção da equidade em saúde e no enfrentamento das desigualdades sociais. Para tanto, são apresentadas pesquisas participativas desenvolvidas nestes dois países com o objetivo de contribuir para o debate sobre a utilização de ferramentas de participação em saúde e metodologias colaborativas na democratização da ciência e construção do conhecimento. Apoiar-se na defesa de que uma cidade sustentável é condição *sine qua non* para uma sociedade equilibrada e que tal condição de equilíbrio depende da construção e manutenção de um sistema democrático sustentado por forte participação social. Neste sentido, o artigo destaca o quanto a academia, inspirada pelo legado de Paulo Freire, com base na investigação participativa de base comunitária (CBPR), pode contribuir para a promoção da saúde e a superação de desigualdades, ao potencializar a participação comunitária, reconhecendo os

diversos saberes e práticas presentes nestes territórios.

Trazendo contribuições para o debate sobre participação social na promoção de cidadania e efetivação do direito à cidade, que, na concepção lefebvriana, se manifesta como direito à liberdade, ao habitat e ao habitar, o artigo **“Mobilizações populares para o direito à cidade no Rio de Janeiro: mulheres em busca de caminhos (im)possíveis”**, de autoria de Giselle Tanaka, Luis Régis Coli e Carmen Rosane Costa, a partir do resgate histórico das lutas populares e conquistas pós-redemocratização no campo das políticas urbanas e da gestão democrática no Brasil, evidencia, a partir de relatos sobre o Congresso das Mulheres de Periferias e Favelas do Rio de Janeiro e outras iniciativas populares, as fragilidades dos canais institucionais de participação social, inclusive parte deles extintos em anos recentes, no que se refere à formação de um espaço de fala, mas sobretudo, de escuta, das reais necessidades dos grupos mais vulnerabilizados. O artigo nos alimenta de esperança, aquela que não é espera, que faz e potencializa a efetivação do direito à cidade, ao evidenciar a capacidade de auto-organização e de mobilização popular de mulheres periféricas e faveladas, em sua grande maioria negras, que “por meio da sua mobilização, disputam o próprio fazer político, tensionam os formatos institucionalizados e difundidos de representação e participação popular, e reivindicam um novo alargamento do campo dos direitos”.

O direito à cidade também é problematizado pelo artigo **“Processos tecnológicos: do conceito ao significante, potenciais de criação e de transformação de sujeito, tempo e espaço do brincar”**, de autoria de Arnaud Soares de Lima Junior e Valnice de Sousa Paiva, trazendo contribuições relevantes para o debate sobre a importância do brincar livre na infância, e também sobre a redução desta prática basilar para o desenvolvimento da criança em decorrência da diminuição de espaços públicos seguros e da disseminação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Os autores destacam ainda que se somam a esses fatores restritores das brincadeiras tradicionais ao ar livre, interesses comerciais da indústria de consumo. O artigo apresenta o projeto UNEB Parque, uma pesquisa-ação, que busca promover o brincar livre nos espaços abertos da universidade, e que fez uso das TDIC para a divulgação de suas atividades e de estudos sobre os benefícios dessa prática. Esta pesquisa participativa acompanha outras apresentadas nessa edição da revista arq.urb que defendem uma “aproximação dialógica, criativa,

transformativa e contextual” entre universidade/academia e sociedade/comunidades, considerando seus desejos e saberes, e comprometida com princípios de justiça social e de construção de cidadania.

Desejamos, assim, uma excelente leitura, sob a inspiração de nossa mutante,

Bendita Rita da Lua cheia
Rogai por mim nesse começo de fim
O espinho nosso de cada testa

Milagrosa seja vossa festa